

Contextualização Sócio-Histórica da Fronteira Brasil-Uruguai

Cíntia da Silva Pacheco (UnB)¹

Só não sabe para onde vai quem não conhece de onde vem. Essa é uma frase que eu mesmo criei, e se tu não sabe da onde tu veio, eu sou do Rio Grande do Sul, tu não vai saber nunca quem tu é. Essa é a essência. [...] Mas é isso, a fronteira é isso. [...] O significado da palavra fronteira, um momento antes e um momento depois. Esse é o significado da palavra fronteira. Isso eu aprendi com um ex-chefe meu, despachante aduaneiro há 30 anos, e é bem o que é, um momento antes e um momento depois. A gente tá vivendo tudo e nada. A gente vive o hoje e o passado, o amanhã e o passado.

(EDI, morador de Aceguá)

Introdução

O objeto de estudo desse artigo científico é fazer um levantamento sociohistórico e geográfico de uma fronteira localizada na América do Sul, entre Brasil e Uruguai, até então não pesquisada e não registrada do ponto de vista linguístico e histórico. Trata-se, portanto, de um registro histórico inédito.

Por isso, a metodologia de pesquisa se baseia na pesquisa qualitativa (FLICK, 2009; MARCONI e LAKATOS, 2003) a partir da análise de documentos históricos locais e do levantamento bibliográfico de livros e artigos sobre a história e a geografia da região de Aceguá.

Na primeira ida a Aceguá (fronteira Brasil-Uruguai), em outubro de 2009, encontrei documentos históricos na escola brasileira e uruguaia, na prefeitura, e no museu D. Diogo de Souza, em Bagé, bastante incompletos, sem data ou sem a referência bibliográfica. De qualquer forma, esses documentos e outros textos serviram de base para a construção desse artigo a partir de algumas informações

¹ Cíntia da Silva Pacheco é Doutora em Sociolinguística pela Universidade de Brasília e é professora adjunta da UnB, no Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas.



sobre a comunidade de Aceguá em consonância com fatores históricos binacionais que ocorreram nesse mesmo período.

Como referências documentais, foram consultados *El País, Uruguay y sus 19 departamentos* (s/a e s/d², p. 11-12); texto do engenheiro agrônomo Julio Cezar Vinholes Pinto (s/d); Juan Carlos Pedemonte (1985), Assembléia Geral, sessão de 18 de abril de 1863; Nicolas Lengua, Lei de 9 de julho de 1862, Art. 1; Ricardo Garcia (s/d); Faccio (s/d); Eduardo Acosta (s/d); Tadêo (s/d); Lucas e Zuge (2010); Relato de una vida empresarial (s/d, p.1); SIAB (Sistema de Informação de Atenção Básica de 2009) e Aceguá (2010).

Como referências históricas, foram consultados os livros de Abreu (1998); Arteaga (2008); Bandeira (1998); Calógeras (1972); Golin (2004); Holanda (2003); Lima (2000). Sobre a perspectiva da nova agenda para a cooperação e o desenvolvimento fronteiriço, temos Aveiro (2006). Como referências geográficas, consultamos o estudo de Castrogiovanni (2010), do departamento de Geografia da UFRGS, e Costa (2010), do departamento da Antropologia da UFMS. Esses trabalhos de 2010 fazem parte de uma coletânea intitulada “Estudos fronteiriços”, organizada pela UFMS.

Para a segmentação do artigo, na primeira seção, a fronteira é descrita e explicada segundo a concepção mais tradicional (limite extremo de um território) a concepção mais atual e pós-moderna (integração vivenciada entre os moradores de maneira fluida que ultrapassa limites pré-estabelecidos); na segunda seção, a fronteira de Aceguá é documentada pela primeira vez em paralelo com a já bastante detalhada fronteira luso-espanhol na América; na terceira seção, a comunidade de Aceguá contemporânea é retratada em sua vivência atual e, especificamente, a partir da sua emancipação como fronteira independente de Bagé.

O que é Fronteira?

O conceito tradicional de fronteira como sendo o limite extremo ou final do território tornou-se ultrapassado perante a integração vivenciada na fronteira do Brasil-Uruguai. No caso de Aceguá, trata-se de uma cidade geminada, onde

² As siglas s/a e s/d significam, respectivamente, sem autor e sem data.

existe apenas uma rua delimitando a divisa entre os dois países. Como não há nenhum acidente geográfico (relevo, montanha, vale, serra, lago, rio), a localidade é conhecida como fronteira seca.

Em tese, a própria nomenclatura de **fronteira** e/ou **limite** é usada indistintamente, mesmo em contextos acadêmicos. Por isso, é necessário fazer a distinção entre os dois. O limite é abstrato, artificial e diplomaticamente separa dois territórios. A materialização do limite é a demarcação, ou seja, a construção de marcos e balizas para dividir ou separar as regiões. Essa linha demarcatória ou delimitada não é habitada. A fronteira já é uma zona que constitui uma faixa de território, a faixa da fronteira, ou seja, é meramente matemática, de extensão e largura definidas. A largura da fronteira no Sul do Brasil, prevista pela Lei 6.634/79, referendada na Constituição Federal de 1988, é de 150 km atuais. Assim, o limite indica forças centrípetas, mas a fronteira pode estar dominada por forças centrífugas geradoras de contatos múltiplos com as populações vizinhas do além-limite (CASTROGIOVANNI, 2010, p. 28-29).

Posto isso, é importante entender que a fronteira é um espaço em movimento, vivo e vivido. As regiões de fronteira (a partir da vida de seus moradores) representam, muitas vezes, o papel de protagonistas na formação dos Estados-Nacionais, ainda que as narrativas oficiais as considerem como áreas marginais e coadjuvantes neste processo (COSTA, 2010, p. 95).

A região da fronteira Brasil-Uruguai foi muito disputada historicamente, e sempre houve a tentativa política de separação rígida entre os povos, culturas e nações, ainda que a prática cotidiana fosse pacífica e comum em ambas as populações. Como se trata de uma fronteira viva, habitável, a identidade local sempre foi mais forte do que os conflitos ao longo dos 1000 quilômetros de linha divisória demarcada na fronteira (AVEIRO, 2006).

Na fronteira, as relações são mais cooperativas entre os dois povos, já que há integração sociocultural e espacial entre eles, ou seja, esses habitantes respeitam as diferenças ao mesmo tempo em que compartilham de uma identidade fronteiriça comum, pois compartilham as mesmas experiências culturais. Os espaços também são quase sempre integrados, seja na vizinhança, na escola, no comércio, nos laços de parentesco, nas comemorações festivas, etc.

De ambos os lados da fronteira Brasil-Uruguai, formou-se uma zona fronteiriça com mais de 720 mil habitantes, cerca de 52% do território do estado do Rio Grande do Sul e 16% do território do Uruguai. Na faixa limítrofe, encontram-se as seis cidades fronteiriças: Chuí-Chuy, Jaguarão-Río Branco, Aceguá-Acegua, Sant'Ana do Livramento, Quaraí-Artigas, Barra do Quaraí-Bella Unión. Conscientes das demandas surgidas por essas fronteiras vivas, Brasil e Uruguai, na década de 90, criaram os Comitês de fronteira nessas conurbações (crescimento urbano ou urbanização).³

O Uruguai, na época Província Cisplatina, foi parte do território brasileiro até a sua independência entre 1810 e 1828. Assim, o contato intenso e comum entre brasileiros e uruguaios sempre existiu em diversos aspectos da vida social, econômica e cultural. Os costumes típicos dessa região fronteiriça diferem-se de outros lugares do Brasil e do Uruguai, caracterizando a vida de uma população integrada e distinta das demais localidades (AVEIRO, 2006).

Em face também da globalização, além dos fatores históricos, sociais e geográficos já citados, percebe-se que há um sentimento de pertencimento à comunidade fronteiriça, de forma centralizadora. Como Aceguá é pequena, as pessoas mantêm um fluxo intenso de idas e vindas rumo aos dois países, tornando o contato totalmente integrado.

No entanto, no processo histórico da fronteira, Brasil e Uruguai buscaram desestimular a integração e o desenvolvimento fronteiriços, dificultando a formação das cidades nas fronteiras e o convívio entre brasileiros ao sul e uruguaios ao norte, desde o Tratado de Limites em 1851. Mesmo assim, o sentimento de pertencimento à fronteira esteve presente entre uruguaios e gaúchos que vivem atualmente em harmonia e paz, diferentemente de outras épocas. Segundo Castrogiovanni (2010, p.12), a importância do estudo da fronteira sul deve-se necessariamente ao que ela foi, é e será:

É bom lembrarmos que o espaço geográfico é um acúmulo desigual de tempos e a fronteira sem dúvida não está alheia a essa lógica. O que ela foi ainda interfere em nossa sociedade e esta percepção nos ajuda a moldar o que ela ainda é ou poderá vir a ser.

³ Informação disponível no site da Embaixada do Brasil em Montevidéu. Disponível em: http://www.brasil.org.uy/br/home/home/index.php?menu=sub1_7&t=secciones&secc=421. Acesso em: 2 mar. 2012.

Dessa forma, torna-se imprescindível uma breve retrospectiva da fronteira Brasil-Uruguai e, conseqüentemente, de Aceguá, para melhor entendermos o contexto histórico por que passou essa região ao longo dos anos. Assim, certamente, entenderemos melhor a comunidade atual, inclusive as questões linguísticas inerentes ao contato de línguas e o porquê de o português prevalecer nessa região fronteiriça.

A História da Fronteira Luso-Espanhola na América

A disputa luso-espanhola na fronteira americana teve inúmeros interesses econômicos, políticos e marítimos. Enquanto os espanhóis encontravam minas de ouro e prata no Império Inca, apesar de ter a Cordilheira dos Andes como uma muralha natural difícil de transpor, os portugueses somente encontravam pau-brasil. Isso motivava os luso-brasileiros a desobedecer a linha de demarcação do Tratado de Tordesilhas (AVEIRO, 2006).

Em 1493, surge a Bula “Inter Coetera”, do Papa Alexandre VI, que estipulava que as terras descobertas a 100 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde e Açores pertenceriam ao reino da Espanha, o que prejudicava Portugal. Já em 1494, os Reinos de Portugal e Espanha firmam o Tratado de Tordesilhas que estabelecia a divisão entre as duas coroas a partir da ilha de Cabo Verde. Esse tratado modificou o número de léguas e anulou a Bula “Inter Coetera” (ABREU, 1998, p. 169). Ainda assim, não foi o suficiente para impedir os portugueses de continuar avançando o território delimitado.

O Uruguai entra na história em 1516 com a descoberta do Rio da Prata. Mas o Estado surge no século XIX, porque antes foi um espaço mais amplo, denominado Banda Oriental do rio Uruguai, com limite oriental do oceano Atlântico e da linha de Tordesilhas, fixada por Espanha e Portugal em 1494, só dois anos depois do descobrimento da América. Essa localidade foi muito cobiçada devido à riqueza pecuária (ARTEAGA, 2008, p. 11 e 14). Além disso, o interesse estava em torno das posses no Oriente, da fundação de Buenos Aires e da expansão comercial na bacia do Prata.

O primeiro relato histórico do município de Aceguá remonta ao ano de 1660, no fim do século XVII, quando os Espanhóis, vindos da Banda Oriental,

entraram em Aceguá e fundaram a redução de Santo André do Guenoas, em 1683 (TADÊO, s/d, p.3 e ACEGUÁ, 2010).

Segundo Tadêo (s/d, p. x-xi), em 1703, a maior parte do território de Aceguá era território de ninguém. Por isso, essa região ficou conhecida como campo neutral e foi disputada por indígenas e, posteriormente, pelo colonizador por razões diversas, tais como:

- Ampla visão da campanha, que circundava a serra;
- Elevado número de vertentes em todo o largo da serra;
- Excelente qualidade da água, inclusive, há alguns anos, quatro lagoas nunca secavam, o que servia de suporte aos mananciais da serra;
- Boa qualidade das pastagens nessa parte da serra;
- Facilidade de acesso e transposição (situação topográfica) no território de ninguém, ou seja, nos campos neutrais;
- Situação geográfica central e estratégica, caminho natural que ligava as missões ao Rio da Prata com poucos acidentes geográficos de vulto.

Ricardo Garcia (s/d) afirma que nas terras de Aceguá aconteceram as primeiras resistências contra as demarcações. Tal movimento teve início em 1752 (século XVIII). Por isso, em Aceguá, também foram fixados redutos dos índios que eram contra a catequização dos padres jesuítas da Companhia de Jesus. Segundo Tadêo (s/d, p. VI), os índios dessa terra têm sua característica de resistência e rebeldia registrada já nos primeiros documentos da história escrita, porque foram os que mais resistiram às invasões portuguesas e espanholas.

De acordo com Arteaga (2008, p.13), a influência guarani foi muito grande no Uruguai, uma vez que foram evangelizados pelos sacerdotes da Companhia de Jesus e fizeram parte das reduções uruguaias. Os sete povos das Missões Orientais, que tiveram seu período de auge na primeira metade do século XVII (1600 a 1609), também formaram parte da Banda Oriental. Esses povos tinham sua própria administração.

A Companhia de Jesus foi fruto da grande expansão europeia do século XVI. Chegando primeiro no Brasil, onde fundaram São Paulo, os jesuítas começaram seu trabalho missionário no Rio da Prata desde o Paraguai, estabelecendo reduções com índios guaranis desde 1610. São Paulo deu origem às “bandeiras”, expedições que tinham como objetivo caçar índios para vendê-los como mão de obra barata nas plantações do nordeste brasileiro. No Uruguai, de 1636 a 1638, as bandeiras também atacaram as reduções uruguaias com o fim de escravizar os índios (ARTEAGA, 2008, p. 16).

As Missões Orientais cumpriram um papel de banda-fronteira, uma marca hispânica, terra disputada pelos impérios. Fazem parte dos Sete Povos das Missões: São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luís Gonzaga, São Lourenço, São João Batista, Santo Ângelo (ARTEAGA, 2008, p. 17). Os sete povos das Missões eram fazendas criadas pelos jesuítas que tinham como objetivo a conversão dos índios. Por isso, os jesuítas proibiam o uso do espanhol nas reduções. A estância de São Miguel era a mais próxima de Aceguá.

Os indígenas, especialmente os guaranis, por meio da companhia de Jesus, contribuíram para a introdução e dispersão do gado na Banda Oriental, a formação das estâncias dos povos no norte do rio Negro e da “Vaquería del Mar” sobre o Atlântico e a divulgação regional do consumo da erva mate.

Vaquería era um espécie de caça do gado, atividade destrutiva e depredatória. As vaquerías não exigiam propriedade da terra nem do gado. Esse descontrole conduziu à escassez e logo apareceu a estância com o aumento do valor da terra e do gado. A estância é uma unidade de produção baseada na procriação sob o conceito de propriedade privada (ARTEAGA, 2008, p. 34)

O passado missionário, de 1626 a 1640, acentuou o intercâmbio no noroeste do Uruguai a partir das Missões Jesuíticas. O gado introduzido em 1634 pelos jesuítas nas missões orientais do Uruguai, para o sustento desses povos, foi a origem da “Vaquería del Mar”. A livre reprodução do gado converteu a terra baldia e ignorada na “banda-vaquería” em uma verdadeira mina de carne e couro, que provocou um interesse econômico do europeu (ARTEAGA, 2008, p. 16-18).



A fundação pelos portugueses da Colônia do Sacramento em 1680, em uma pequena enseada do Rio da Prata, colocou o tema em voga e obrigou a Espanha a encarar seriamente o povoamento da Banda Oriental. Essa fundação foi parte de uma política expansionista comercial da Coroa lusitana, que considerava o Rio da Prata um importante acesso de navegação (ARTEAGA, 2008, p.16-18). Assim, Portugal objetivava avançar à linha fixada pelo Tratado de Tordesilhas (Elizaincín, Behares e Barrios, 1987, p. 35). Em 1703, a Colônia do Sacramento volta a ser da Espanha.

A Colônia do Sacramento foi de Portugal e Espanha por diversas vezes e, portanto, bastante disputada pelo fluxo na fronteira, contrabando⁴ e aumento do gado. A Inglaterra, em luta contra a Espanha e a França, também se interessava por essa Colônia. Segundo Bandeira (1998, p. 37), os ingleses obtiveram mais lucros que os portugueses com a Colônia do Sacramento. Por isso, para o autor, as vitórias diplomáticas de Portugal deveram-se muito mais à ascensão do poder econômico da Inglaterra capitalista e à decadência da Espanha do que propriamente à habilidade de seus embaixadores, como muitos historiadores acreditam.

Havia também o interesse português, além da Banda Oriental e do Rio de Prata, em avançar até Buenos Aires, que, por sinal, tinha forte presença de comerciantes e fazendeiros portugueses que aderiam à causa de Lisboa, também pela necessidade econômica suprida por Portugal, com a abertura dos negócios, a garantia de propriedade, o fornecimento de escravos, de açúcar do Brasil, de tecidos da Inglaterra e de outras mercadorias (BANDEIRA, 1998, p. 33 e 46). É importante ressaltar que os escravos são citados por esse autor como mais uma “coisa” fornecida pelos portugueses a Buenos Aires, provavelmente porque era a forma com que eles eram retratados naquela época.

⁴ O termo contrabando refere-se às relações comerciais de caráter internacional sem os trâmites legais. Pode ser considerado legal até a fronteira, e, a partir daí, se tornar contrabando. A origem do termo contrabando é histórica. Na época da colonização espanhola e portuguesa na América do Sul, os representantes das coroas detinham as ações civis e militares desenvolvidas nas Colônias. Publicavam bandos, que significavam ordens ou decretos-lei, para determinarem o que a população deveria cumprir. Em determinado bando, o vice-rei espanhol de Buenos Aires determina que a produção de couro (courama) de toda a Colônia seja toda enviada a Buenos Aires. Todo e qualquer carregamento de couro que não se dirigisse a Capital seria considerado “contra-bando”, portanto, um crime contra a Coroa e a Nação (TADÉO, s/d, p. xix). Para Elizaincín, Behares e Barrios (1987, p. 36), o contrabando só começa a preocupar a Espanha depois da fundação de Montevideú.

Em 1724, os espanhóis fundam Montevideu, mas possivelmente o norte do Uruguai permanecia com uma população rural lusofalante. Essa importante informação reforça a questão da presença histórica do português no Uruguai e, portanto, do bilinguismo até hoje na fronteira. O povoamento da região, que medeia a margem setentrional do Rio da Prata, Uruguai e Oceano Atlântico, só começou efetivamente a partir de 1736, cinquenta e seis anos depois da fundação da Colônia do Sacramento. Essa ocupação ocorreu devido à necessidade de garantir o espaço físico e o direito de navegação para o livre comércio.

A partir dos núcleos populacionais, formados entre as campanhas circunvizinhas da Colônia do Sacramento e a barra do Rio Grande, os aventureiros, que surgiram e se notabilizaram como gaúchos ou gaudérios, empreendiam a tarefa de arrebanhar manadas de bois, mulas e cavalos, em paragens pertencentes à Espanha, a fim de remeter ao interior do Brasil (BANDEIRA, 2008, p. 38-39).

O Tratado de Madri ou Permuta, em 1750, teve como objetivo buscar a paz na região da fronteira. Na prática, Portugal cedia à Espanha a Colônia de Sacramento e renunciava suas pretensões sobre o Rio da Prata. Em troca, para ficar com a navegação exclusiva do Prata (ABREU, 1998, p. 174 e 176), a Espanha entregava os sete povos das Missões orientais e a Lagoa Mirim na Banda Oriental e esquecia suas pretensões territoriais baseadas no meridiano de Tordesilhas. Cedia, então, a Portugal os atuais territórios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (ARTEAGA, 2008, p.26).

Ainda segundo Arteaga (2008, p. 27), o Tratado de Madrid significou o abandono dos direitos espanhóis que dava o meridiano de Tordesilhas. Por isso, os sete povos tiveram de sair do local para ser entregue a Portugal. Os índios lutaram contra, mas foram vencidos pelo exército português. Esse tratado foi a primeira tentativa de fixar limite entre os dois impérios, mas os conflitos não cessaram.

Esse acordo deixou como herança uma “fronteira de contato”, já que havia legalizado os avanços portugueses sobre o Rio Grande do Sul (ARTEAGA, 2008, p. 34), os quais foram responsáveis pela grande conquista territorial portuguesa com relação ao Brasil. Nesse sentido, os jesuítas foram importantes na vitória portuguesa, porque conheciam bastante a região.

O Tratado de Madri foi importante, porque até então, com o tratado de Tordesilhas, ambas as nações infringiram os limites impostos. Agora, a linha



meridiana era substituída por uma linha natural, a partir das passagens já conhecidas (ABREU, 1998, p. 174). Ainda assim, em 1752, há o registro de que um grupo de índios barrou em Aceguá os trabalhos da Comissão de demarcação dos limites portugueses e espanhóis para cumprimento do Tratado de Madri (TADÊO, s/d, p xi).

Em dezembro de 1753, os dois exércitos, português e espanhol, saindo respectivamente de Rio Grande e da Colônia de Sacramento, iniciaram a marcha em direção a Santa Tecla, localidade do povo de São Miguel, situada ao norte de Bagé, da qual fazia parte Aceguá (ABREU, 1998, p. 176). Zuge e Lucas (2010) afirmam que, segundo os diários de marcha, o exército Português chegou às cabeceiras do Rio Negro, hoje no Uruguai, onde já estava acampado o exército Espanhol. Em 1773, os dois exércitos nomeados por Aceguá também partem para fundar o forte Santa Tecla (TADÊO, s/d, p. xi).

O departamento de Cerro Largo, onde se localiza a parte uruguaia de Aceguá, é um dos cinco que tem fronteira com o Brasil e foi uma demarcação de limites sempre disputada por portugueses e espanhóis. Entre 1751 e 1778, Cerro Largo foi virtualmente terra de ninguém, terra aberta, marginal e perigosa. Elizaincín (1992, p. 158) afirma que “No debe olvidarse que se trataba de vastas zonas prácticamente desiertas (en cierto sentido lo son aun hoy) con escasa o nula urbanización (la que llegará en el siglo XIX)”⁵. Era a rota do noroeste que abria caminho até o sul, depois da Lagoa Mirim. Essa localidade era considerada terra de outros, em realidade, e os outros eram os portugueses (*El País, Uruguay y sus 19 departamentos*, s/d, p. 11-12). Assim, nessa região da campanha, circulavam livremente paulistas, portugueses e castelhanos.

O artigo intitulado “Nasce la Guardia Nueva”, da revista *El país* (s/d), explica que o noroeste do Uruguai já era um corredor geográfico antes da *Vaquería del Mar*, e teve o intercâmbio acentuado pelo passado missioneiro. Para proteger a orientalidade, começaram os processos de fundação em Cerro Largo com suas Guardas.

Segundo o mesmo artigo, o tratado de limites, firmado em Santo Idelfonso em 1777, semelhante ao Tratado de Madrid, avivou as demarcações, originou

⁵ As citações em espanhol não foram traduzidas por causa da semelhança entre as duas línguas.

confusões de interpretação e facilitou a entrada de Portugal, porque aumentou a vulnerabilidade do limite noroeste da Banda Oriental. Os espanhóis definiram o limite de Portugal no novo continente, a linha de demarcação, enquanto os portugueses continuavam avançando muito mais ao oeste do que o proposto no Tratado de Tordesilhas quase três séculos antes (ABREU, 1998, p. 178).

O tratado de São Idelfonso foi o responsável por conceder a Colônia de Sacramento e as Missões Orientais à Espanha e o Rio Grande do Sul e Santa Catarina a Portugal. De acordo com Elizaincín, Behares e Barrios (1987, p. 37), com esse tratado, estabelece-se uma zona neutral (campos neutrais) na região fronteira.

Em 1801, Portugal tomou posse dos sete povos orientais por sua fragilidade e expulsão dos jesuítas. Em 1807, o Rio Grande do Sul foi elevado à categoria de Capitania de São Pedro. A criação das capitanias tinha como interesse, entre outros, fortalecer e proteger os territórios brasileiros contra supostas invasões espanholas.

Eduardo F. Acosta y Lara, citado em *El país* (s/d), afirma que a infiltração portuguesa no fim do século XVIII foi consequência lógica do colapso das Missões Jesuíticas, quando estas passam ao poder português.

Ainda de acordo com *El país* (s/d), Bagé (a 60 km de Aceguá) foi de posse espanhola, depois portuguesa, voltou a ser espanhola, até que veio a rendição final portuguesa. Como antigamente Aceguá era município de Bagé, pressupõe-se que a fronteira de Aceguá também teve a presença histórica de portugueses e espanhóis.

Em 1811, D. João reforça o Sul e a região do Prata com a incorporação da Banda Oriental ao território português, conhecida agora como Província Cisplatina. Segundo Bandeira (1998, p. 41), o sonho de D. João era fundar um poderoso império na América com os estados do Brasil e as colônias da Espanha, dominadas na época por Napoleão Bonaparte.

Segundo o *Relato de una vida empresarial* (s/d, p.1)⁶, no século XIX, as bandas fronteiriças entre o Uruguai e o Brasil se encontravam em plena efervescência com as revoluções e as guerras locais. O elemento espanhol, em

⁶ Esse documento descreve o percurso vivenciado por uma empresa comercial na fronteira, que em 2006 completou um centenário de existência.

sua maioria basco e galego, esteve presente na campanha oriental durante esses anos, sempre com a mente voltada a mover a economia, razão pela qual ali se encontravam.

Um dos maiores impasses para a paz na região foi a ambição dos dois países em dominar o Rio da Prata, local almejado por causa da expansão comercial e territorial. O motivo de tanta disputa e do avanço português constante na margem leste do Rio Uruguai, conhecida como Banda Oriental, era também a busca por riquezas materiais, a partir dos estímulos do mercado mundial. Por isso, com a extração do ouro, o processo de expansão territorial diminuiu. Além disso, havia a indústria e o comércio do couro e da carne de charque, rebanho bovino, estoques de mulas e cavalos e o desenvolvimento da pecuária e seus derivados (BANDEIRA, 1998, p. 38-41).

Os portugueses habilmente argumentavam que a região precisava de proteção e segurança, uma vez que a Espanha havia abandonado a região da fronteira na América (HOLANDA, 2003 p. 342). Um dos motivos para que a Espanha não se interessasse de imediato pela região fronteiriça era porque havia mais minérios do lado do Pacífico, desde a época do Império Inca (BANDEIRA, 1998, p. 21). E quando a Espanha se manifestou contra a conquista do Uruguai, os portugueses também se posicionaram dizendo que o governo espanhol, até então, nada tinha feito para manter a ordem nos territórios fronteiriços (HOLANDA, 2003, p. 364).

Assim, ao que tudo indica, parece que os espanhóis não imaginavam tamanha perspicácia dos portugueses, pois preocuparam-se mais com a posse de outros territórios, achando que a fronteira não seria tão disputada. Segundo Abreu (1998, p. 172),

Os espanhóis não curaram de ocupar a margem esquerda do Prata, descuido verdadeiramente inexplicável, se não duvidavam de seus direitos, a menos que se não explique pela certeza de sua intangibilidade.

Contra os espanhóis, a hegemonia de Buenos Aires e sua pretensão de conservar monopólio sobre o comércio do Rio da Prata, surge José Artigas como figura principal dessa luta no Uruguai (BANDEIRA, 1998, p. 43). Artigas lutava pela liberdade da província e, por isso, era conhecido como “Chefe dos Orientais e Protetor dos Povos Livres” (HOLANDA, 2003, p. 353 e 358). No entanto,

“ainda que bem delineados, os planos artiguistas não conseguiram deter os portugueses. Estes entraram em território uruguaio” (HOLANDA, 2003, p. 360-361). Na escola uruguaia de Aceguá, há escultura e homenagens a Artigas.

Em 1811, as tropas portuguesas, estacionadas em Cerro Largo, marchavam em direção a Montevidéu, passando por Aceguá, sob o comando de D. Diogo de Sousa. Assim, D. Diogo entra facilmente em território uruguaio e avança até Maldonado. Sua intenção era continuar a ocupação até a Banda Oriental: fortaleza de Santa Tereza, Cerro Largo, margem do Uruguai (HOLANDA, 2003, p. 354-358).

Em 1815, o exército português invade o Uruguai ocupando-o durante 10 anos como parte do império brasileiro. É em 1821 que D. João VI oficializa a anexação da Banda Oriental ao Brasil com o nome de Província Cisplatina (BANDEIRA, 2008, p. 46-47). Para Calógeras (1972, p. 109), nada foi tão artificial quanto essa união forçada, já que

Três séculos de guerra entre Espanha e Portugal protestavam contra o estabelecimento das tropas de D. João VI à margem esquerda do Rio da Prata, em 1817. Estava aniquilada a antiga metrópole, e as colônias hispânicas contra ela se tinham rebelado e haviam vencido. Buenos Aires, sem forças, nutriam em silêncio o ódio da impotência. Que poderia ela fazer para expelir o forasteiro invasor? Idêntico era o sentimento da Banda Oriental, tanto quanto ao dominador português, como quanto aos habitantes da margem direita do caudal.

Com a Revolta da Cisplatina, em 1825⁷, em meio à independência do Brasil em 1822, o problema da união cisplatina volta à tona, provocando discórdia com outros países. Enquanto o Brasil reivindicava a Cisplatina por ter sido anexada a Portugal, a Argentina defendia que a Cisplatina era parte do antigo Vice-Reino da Prata. O problema também interessava à Grã-Bretanha, porque esse estado prolongado de guerra poderia prejudicar seus interesses comerciais e os investimentos dos ingleses, além de enfraquecer o regime monárquico no Brasil com as hostilidades no Rio de Prata (HOLANDA, 2003, p. 410).

Em 1828, a Província Cisplatina torna-se independente do Brasil e da Argentina e passa a se chamar República Oriental do Uruguai. Agora sim, o período maior de conflitos, desde 1680, se encerrava (HOLANDA, 2003, p. 374).

⁷ Os 33 orientais, que vieram pela costa do Rio Negro, acamparam uma semana no Cerro de Aceguá (NICOLÁS LENGUAS, 1862).

Para Lima (2000, p. 189), a posse desse território era uma espécie de equilíbrio político do Rio da Prata porque

O Uruguai tornou-se assim um Estado-tampão – a expressão não era ainda do tempo, não havia sido ainda inventada, mas a ideia não podia deixar de ser antiga – e esse Estado-tampão, segundo a frase de um de seus mais ilustres filhos, Andrés Lamas, separava e garantia as fronteiras abertas, melhor do que o poderiam fazer os mais vigorosos limites naturais.

Ambas as nações admitiam sua independência, obrigando-se a garantir o novo Estado Livre. Pela primeira vez, em tratado internacional, havia a liberdade de navegação dos rios para as soberanias ribeirinhas (CALÓGERAS, 1972, p. 118).

Em 1851, foi assinado o Tratado de Limites que permitia livre acesso dos dois países no Rio Jaguarão e na Lagoa Mirim. Calógeras (1972, p. 229) afirma que a exclusiva utilização das águas da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão pelos portugueses, situação que durou até 1909 quando um novo acordo foi assinado, constringia e humilhava os uruguaios. O Tratado de Limites foi importante para as delimitações de fronteira que iniciaram em Aceguá no ano de 1853, quando esta foi incorporada ao território do Brasil.

Apenas em 1914, em Aceguá, Uruguai e Brasil terminam de discutir os limites fronteiros. De acordo com Pedemonte (1985), já existia um antigo marco levantado em 1852.

Esse marco foi delimitado a menos de vinte metros do antigo e foi o último marco fronteiro entre Brasil e Uruguai, localizado em Aceguá. O atual marco ostenta placas e uma grande medalha de bronze, representando a cabeça do Barão de Rio Branco.



Foto 1: Placas sobre o Tatado de Limites



Fotos de Pacheco (2014)

A marcação política da fronteira demorou muito tempo por conta da distância, dos caminhos e conduções para os dirigentes de ambos os países chegarem ao local. Por isso, a demarcação da fronteira só iniciou-se pouco antes de 1911 (Relato de una vida empresarial, s/d.). Por fim, o último marco em Aceguá foi inaugurado em 1915 pela comissão patriótica de Cerro Largo.

Foto 2: Último marco demarcatório em Aceguá



Foto de Pacheco (2014)

Hoje, os marcos territoriais e uma avenida indicam onde acaba o Brasil e começa o Uruguai, mas os povos das duas fronteiras são bastante unidos em Aceguá. Prova disso é que essa avenida é ao mesmo tempo linha divisória e espaço de convívio pacífico entre brasileiros e uruguaios com suas culturas, esperanças e memórias partilhadas. Essa praça está localizada no limite político entre Brasil e Uruguai. Todavia, em observações *in locu*, não se percebe limite linguístico ou interacional, pois toda a comunidade compartilha hábitos, costumes, tradições, gastronomia e línguas, contexto em que se observa o bilinguismo social.

Foto 3: Praça localizada entre Brasil e Uruguai



Foto de Pacheco (2014)

Em suma, toda a linha demarcatória na zona fronteira até Aceguá foi autorizada por meio do tratado de limites entre Brasil e República Oriental do Uruguai.

No Aceguá terá o Governo de desapropriar, sobre a nova fronteira, uma faixa de duas ou mais léguas para as retalhar e vender a famílias brasileiras que vão povoar a fronteira; e não a famílias ou colonos estrangeiros; porque não é com eles, nem com desertos de léguas, ou grandes estâncias que havemos cobrir ou defender a Província. E, além disto, será preciso nesse ângulo formado pelos rios Negro e Jaguarão escolher o lugar para uma Praça, que não ocupe menos de 600 homens de guarnição, para ser, por enquanto, a primeira Praça forte do Brazil (GOLIN, 2004, p. 129-130).

Nessa praça forte do Brasil, surgiria apenas Aceguá segundo um ofício reservado do Marechal do Exército Barão de Caçapava ao ministro Paranhos (Vila

de São José do Norte, 31 de janeiro de 1857. Itamaraty: Brasil-Uruguai, 1852-1862, *apud* GOLIN, 2004, p. 130). É nítido que a colonização deveria ser feita exclusivamente por brasileiros, porque havia a ideia de defesa da fronteira. Por isso, a ocupação precisava ser feita pelos sul-rio-grandenses típicos e fronteiriços, pelos filhos naturais da terra como afirmava o barão de Caçapava (GOLIN, 2004, p. 129).

A partir de 1852, houve certa desordem na fronteira uruguaio-brasileira. Numerosos brasileiros possuíam terras no Uruguai em continuidade com as terras que tinham no Rio Grande. No entanto, a propriedade e o gado estavam ameaçados, uma vez que várias fazendas eram invadidas. Por isso, pequenos bandos começaram a cruzar as fronteiras rumo ao Uruguai para recuperar os rebanhos roubados (CALÓGERAS, 1972, p. 233-234).

Em 1858, uma força militar, sob ordens do comandante da fronteira de Bagé, entrou no território uruguaio que seria cedido ao Brasil pelo Tratado de 1851 por conta das hostilidades da fronteira (GOLIN, 2004, p. 129). Segundo o mesmo autor:

O território dessa relação abrange extensões além da linha divisória e alcança dezenas de quilômetros internos dos países limítrofes. A penetração brasileira no Uruguai foi mais facilmente observável porque se deu concretamente pela ocupação da terra e pela presença de um contingente populacional enorme, especialmente nos departamentos do norte, rivalizando demograficamente com a presença oriental (GOLIN, 2004, p. 193).

Com isso, confirma-se a presença de portugueses em território uruguaio na região do Aceguá, já que os terrenos de Aceguá passaram a fazer parte do território brasileiro, sem maiores problemas (GOLIN, 2004, p. 170 e 177). Segundo Rona (1963, p. 11), em 1861, uma ampla faixa do território uruguaio estava ocupada quase exclusivamente por brasileiros. Só depois de 1862 se inicia a migração de uruguaios até o Norte do Uruguai.

Sobre a existência de Aceguá, segundo historiadores, há mais de 50 anos já existiam famílias na região. Porém, somente em 1862 surge no parlamento uruguaio um Projeto de Lei (de Nicolás Lengua) que mostra a importância de se criar o **Pueblo Juncal**, posteriormente chamado **Povo Almeida**, uma das primeiras famílias do lugar, a partir da expropriação da terra em que se fundaria “el

pueblo". Esse povoado consolidou-se por meio do convívio intenso na fronteira em 1863.

Segundo Elizaincín, Behares e Barrios (1987, p. 39), entre 1853 e 1862, o Parlamento funda uma série de povoações nesta zona com a esperança de conter a presença portuguesa. Mesmo assim, houve uma contínua interpenetração que assimilou elementos brasileiros e uruguaios. A cultura e a moeda brasileira se mantinham nessa região.

Nicolas Lengua (1862) divergia das opiniões de que Aceguá era deserta e defendia a criação de um *pueblo* na região, uma vez que era preciso colocar uma barreira para que os vizinhos não avançassem o limite, porque Aceguá era quase toda povoada por estrangeiros, principalmente brasileiros. Além disso, era bem localizada e já tinha vários comércios e moradores, o que reforça a necessidade política e econômica de povoamento.

De acordo com a lei de 9 de julho de 1862, artigo 1º, "En la frontera de Aceguá, en la localidad más conveniente a juicio del P. E., se fundará un pueblo, sobre la área superficial de una legua cuadrada, que se denominará *Juncal*". Segundo o historiador Juan Carlos Pedemonte (1985), a Assembléia Geral, na sessão de 18 de abril de 1863, dispôs sobre a criação na parte uruguaia do Povo Juncal, mas nunca chegou a existir esse nome, e o local só ficou conhecido como Aceguá.

Em 1904⁸, Aceguá aparece nos livros de história por causa das tentativas de paz para toda essa região, que necessitava de ordem e retomada do caminho da prosperidade.⁹ Esse ano foi marcado pela paz devido à desmobilização do exército revolucionário logo depois da morte do caudilho blanco Aparicio Saraiva, irmão de Gurmecindo Saraiva, na Vila de Aceguá. Esse foi o último confronto civil entre Colorados e Blancos no Uruguai, chamado de Batalha de Masoller.

Por volta de 1941, a Lei nº 10.101, do governo uruguaio, institui o Povo Aceguá como um núcleo de povoação situado no departamento de Cerro Largo,

⁸Disponível em http://www.turismoenuruguay.com.uy/informacion_turistica/informacion_turistica_masinfo.php?id=143&secc=informacion_turistica. Acesso em 27 fev. 2012.

⁹ Informação retirada do Relato de una vida empresarial (s/d) e de Aceguá-Yaciguay (TADÊO, s/d, p. xiv).

denominação que permanece até os dias de hoje. No entanto, somente em 1986, com a Lei 15.810, por iniciativa da Comissão de Cultura de Aceguá em contato com representantes nacionais, o Parlamento Uruguaio eleva o Povo de Aceguá à categoria de Vila, localizada no departamento de Cerro Largo¹⁰.

Em 1994, criou-se um consenso entre moradores e lideranças em prol da formação do novo município Aceguá, só emancipado de Bagé a partir do voto em 16 de abril de 1996 por meio da lei nº 10.766, do governo brasileiro. Depois de sete anos de luta pela emancipação, a estrutura administrativa só foi concretizada em 2001, porque Bagé havia interposto uma ação judicial, sem êxito, tentando inviabilizar a emancipação de Aceguá. De acordo com Faccio (s/d), Bagé não se preocupava com Aceguá, porque dizia que esta não lhes fazia falta por ser um lugar fantasma, mas não queria perder a Colônia Nova (Município de Aceguá), que era mais desenvolvida economicamente.

Em 15 de fevereiro de 2002, institui-se uma lei municipal autorizando a criação dos símbolos oficiais do município de Aceguá (ACEGUÁ, 2010).

Foto 4: Símbolos de Aceguá



Segundo outro documento histórico escrito pelo Engenheiro Agrônomo Julio Cezar Vinholes Pinto (s/d), havia uma necessidade de emancipação de Aceguá já que “os moradores desta vila têm na sua formação cultural uma forte

¹⁰ Disponível em: <http://www.acegua.rs.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?ildMun=100143468>. Acesso em: 25 fev. 2012.

influência dos uruguaios, constituindo-se praticamente uma única comunidade, como já ocorre hoje com cidades fronteiriças". Além disso, Aceguá prosperou muito entre 1975 e 1986 com o comércio graças à desigualdade cambial entre Uruguai e Brasil. Aceguá era fonte de renda de impostos para Bagé, mas não recebia nada de investimento básico antes da emancipação (FACCIO, s/d).

Com relação à língua utilizada nessa época, Elizaincín (1992, p. 99-100), citando Pedro Varela (1964), afirma que quase todo o Norte da República falava português. Assim, Elizaincín explica que se, desde meados do século 19, era o português a língua mais falada na zona fronteiriça, seguramente era também desde muito antes. O espanhol era falado esporadicamente.

Desde o século XVI, a presença dos portugueses-brasileiros na fronteira era cada vez mais abundante, porque também os controles estavam dirigidos à vigilância do contrabando de gado. O estabelecimento pacífico de portugueses na zona não era impedido (ELIZAINCÍN, 1992, p. 98).

Até a metade do século XIX, a população do Uruguai era composta por 40% de brasileiros. E, até 1857, as propriedades territoriais dos brasileiros alcançavam mais de 47.000 km de um total de 177.508 km² (ELIZAINCÍN, 1992, p. 99).

Por conta da presença massiva de brasileiros e do português no Uruguai desde a época colonial, a política linguística uruguaia foi centrada no monolinguismo desde 1877 a 1979. Enquanto o espanhol era valorizado, considerado a verdadeira identidade do uruguaio, e imposto por meio de políticas educacionais, o português era rejeitado (CARVALHO, 2006).

Em 1994, o Tratado do Mercosul é responsável por uma integração regional maior entre Brasil e Uruguai. De 1995-1997, há um incentivo à criação de Centros de Ensino de Língua Estrangeira no Uruguai. E apenas em 2003 a política bilíngue começa nas escolas uruguaias da fronteira. Em 2008, a Lei Geral de Educação passa a reconhecer o português como língua materna dos uruguaios (CARVALHO, 2006).

É notório, pois, que a política monolíngue de mais de um século frente à política bilíngue de pouco mais de uma década traz consequências de pouca

visibilidade e aceitação do português na fronteira, apesar dessa realidade bilíngue ser bem antiga.

A Comunidade de Aceguá

Aceguá está localizada no extremo Sul do Rio Grande do Sul no Brasil em fronteira com o Uruguai e fica a 60 km do município mais próximo do Brasil (Bagé) e também do Uruguai (Melo), e a 440 km de Porto Alegre e Montevideú.

O lado brasileiro de Aceguá é emancipado de Bagé, desde 1995, e tem como capital Porto Alegre. Aceguá-Brasil é dividida em três distritos: Distrito de Rio Negro, Distrito de Colônia Nova e Distrito do Minuano.

O lado uruguaio de Aceguá pertence ao departamento de Cerro Largo, que tem como capital Melo. O Uruguai se divide em 19 departamentos, enquanto o Brasil se divide em 26 estados e o Distrito Federal.

Mapa 1: Mapa de Aceguá-Brasil¹¹



Aceguá é uma única comunidade homônima dividida ao meio por uma linha imaginária. Assim, “Aceguá es la única frontera que sus pueblos, con diferentes idiomas, tienen el mismo nombre, la misma pronunciación y forma de escribir” (Municipio Acegua, 1º de Enero del 2001).

Como não há limites físicos entre os dois países e não há acidente geográfico em Aceguá, essa ausência de delimitação também contribuiu e contribui para a interrelação entre as pessoas e o convívio intenso e pacífico entre os cidadãos de ambos os países como se pode observar na história do município.

¹¹ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Acegu%C3%A1>. Acesso em: 09 nov. 2012.

Foto 5: Entrada de Aceguá¹²



Aceguá-Brasil tem aproximadamente 4.394 habitantes (2.091 mulheres e 2.303 homens). Deste total, 1.059 (24,1%) pessoas são da zona urbana e 3.335 (75,9%) da zona rural. Aceguá-Uruguaí tem cerca de 1.432 habitantes (654 mulheres e 778 homens). Segundo o documento brasileiro oficial de Aceguá (2010), o município trabalha forte no campo, no comércio e no turismo de eventos e compras. Cerca de 80% dos municípios estão na zona rural, setor que sustenta 85% do PIB. Os entrevistados para compor nossa amostra são da área urbana, exatamente da linha fronteira.

A área territorial de Aceguá corresponde a 1.502, 17 km² (1,73 km² de zona urbana e 1.500,44 km² de zona rural), representando 0,57% do Estado, 0,27% da Região Sul e 0,018% de todo o território brasileiro¹³.

A extensão em linha de fronteira com o Uruguai é equivalente a 65 km, com 275m de altitude. Aceguá faz limite geográfico ao Norte com Bagé, ao Sul com a República Oriental do Uruguai, ao Leste com Pedras Altas, Candiota e Hulha Negra e ao Oeste com Bagé e República Oriental do Uruguai (ACEGUÁ, 2010).

Segundo Tadêo (s/d, p. II), Aceguá deriva da palavra nativa **Yaciguay**, de origem tupi-guarani, provavelmente dos **charruas**. Na tradução Guarani, significa:

- (i) ***terra alta e fria*** – pela altura das elevações;

¹² Disponível em: http://pampanopedal.blogspot.com.br/2010_12_19_archive.html. Acesso em 09 nov. 2012.

¹³ Disponível em: <http://www.acegua.rs.gov.br/portal1/intro.asp?ildMun=100143468>. Acesso em: 25 fev. 2012

- (ii) **vale da lua, berço da lua ou seio da lua** – por ter morros (*cerros*) altos;
- (iii) **lugar de espera ou lugar de descanso (eterno)** – onde os indígenas enterravam seus mortos por conta da visão panorâmica dessa região alta, próxima ao céu.
- (iv) **divisa, fronteira, limite, final** – por se localizar na fronteira entre Brasil-Uruguai.

Essa origem indígena deve-se ao fato de que os primeiros habitantes de Aceguá foram índios pampas denominados Charruas, Guenoas e Minuanos, nômades que viviam da caça da ema, cervos etc. Segundo Arteaga (2008, p. 12), quando a Espanha descobre a América, a Banda Oriental já estava povoada principalmente por guaranis e charruas.

Há também uma versão folclórica e recorrente na fala dos colaboradores sobre possíveis contrabandistas castelhanos e portugueses que percorriam *El camino de los Quileros* com mercadorias em lombo de cavalos. Quando os *quileros* passavam pelos *cerros*, ouviam o uivo dos *Sorros* ou *Guará* (lobo pequeno) e diziam “*Hay un bicho que hace guá*”.

Tadêo (s/d, p. xiii) também relata outra versão para o mesmo fato. Segundo ele, há uma lenda que, por volta do século XIX, o contrabando da fronteira se intensificou e começaram a aparecer os contrabandistas a cavalo, que vinham do Uruguai atrás de cachaça, erva-mate e açúcar. Nesse período, um rapaz novato entrou no bando e foi motivo de brincadeiras durante toda a viagem. Ao anoitecer, já assustado com as histórias, o rapaz ouviu um grito (*guáá*) de uma raposa (*sorro*) e saiu correndo. A partir disso, os colegas sempre falavam em tom de graça “*mira que haja ahí un bicho que hace guá*”.

Essa versão para o nome da região retrata a formação de Aceguá como sendo também resultante da comercialização informal na fronteira, já que a fronteira seca é um caminho natural entre países limítrofes (TADÊO, s/d, p. 3). O contrabando era e ainda é uma forma de comércio muito comum na fronteira e, conseqüentemente, em Aceguá. Os contrabandistas, conhecidos como “quileros”, atravessavam a fronteira à noite, a pé ou a cavalo. Atualmente, eles viajam em motos transportando alimentos, vestimentas e, principalmente, botijão de gás, por conta do menor preço. Ainda que essa prática possa ser repelida por pessoas de

fora, é aceita por grande parte dos moradores, pois é vista meramente como um trabalho.

Na história de Aceguá, consta que a década de 30 foi o período com muitos avanços no povoamento, tais como: telégrafo público, caixa rural, prefeitura, transporte, campeonato mundial de futebol, polícia civil, médico e farmacêutico, escolas e comércios, em grande parte do lado brasileiro. Em 1982, surge a UTU (Universidad del Trabajo del Uruguay) do lado uruguaio. Em 1986, é oficializado o primeiro meio de comunicação de massa, a Radio Integración, 101.5 FM. Em 1998, começam a funcionar as “Aduanas Integradas” entre Uruguai e Brasil (TADÊO, s/d).

Segundo o Relato de una vida empresarial (s/d), no século XIX, a saúde da população de Aceguá-Uruguai era precária, pois não havia assistência às gripes, convulsões, sarampo e difteria. Foi um período bastante difícil para a população até a chegada de alguns médicos de Montevideú. Houve, portanto, um incentivo à migração de hispano-falantes para a fronteira, porque a política uruguaia, até então, era nacionalista e unificadora, centrada em Montevideú.

Nesse mesmo documento, há o registro de que as rodovias foram construídas em 1935, como a linha de transporte Melo-Aceguá. Atualmente, Aceguá possui três estradas, a saber, a municipal (528 km), a estadual (12 km) e a federal (45 km), em um total de 585 km.

Depois da emancipação de Aceguá-Brasil em relação a Bagé (1996), a comunidade foi beneficiada com melhores estradas, melhor estrutura urbana, postos de saúde, hospital¹⁴, transporte escolar urbano e rural e avanços na educação com a escola municipal, porque a estadual, ambas do lado do Brasil, e a escola uruguaia já existiam. Tudo isso era divulgado como sinônimo de progresso na região.

A partir de um trabalho realizado sobre a temática do desenvolvimento fronteiriço, do ponto de vista das relações internacionais, Aveiro (2006, p. 102-103) afirma que o diálogo na fronteira também se intensificou depois da emancipação e propiciou um desenvolvimento maior do município.

¹⁴ Há referências de que apenas em 1943 chega a Aceguá um farmacêutico (TADÊO, s/d, p. xvi).

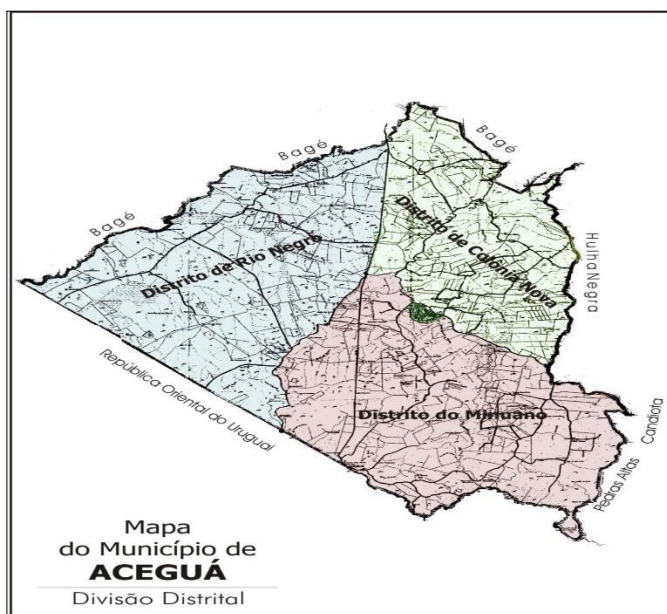
Em 1992, acontece o primeiro encontro binacional para o desenvolvimento da região fronteiriça Melo-Aceguá-Bagé (TADÊO, s/d). Os comitês de fronteira surgiram em 1989, mas o Comitê de Fronteira de Aceguá só se reuniu pela primeira vez em 1997 quando discutiu a transformação dos dois municípios em entreposto de comércio externo – importação e exportação, a fim de minimizar o desemprego nessa região predominantemente rural. A atuação em conjunto de bombeiros e policiais, em ambos os lados da fronteira, também foi pauta de discussão e são temas tratados na Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (AVEIRO, 2006, p. 69).

Essas medidas de integração fronteiriça confirmam a vivência pacífica entre os dois povos. Até hoje, percebe-se que essas instâncias são integradas no sentido de uma cooperação mútua entre os profissionais que trabalham na região fronteiriça. De fato, a rua que separa Brasil e Uruguai em Aceguá ou o registro da nacionalidade dos moradores não divide duas comunidades, mas sim as integra de forma identitária, social, cultural e até mesmo linguística. Isso não quer dizer que tudo seja semelhante nos dois lados da fronteira, mas é, de certa forma, bem complementar.

Apesar de toda essa melhoria, houve vários contratemplos. Muitos colaboradores relataram que a fronteira decaiu depois da emancipação, porque quase todos os moradores que viviam do comércio para os uruguaios foram à falência. Com a nova legislação, a fiscalização passou a ser mais acirrada e o comércio internacional da fronteira se extinguiu. Hoje, o comércio municipal é apenas voltado para o *freeshop* na parte do Uruguai e os turistas somente entram em Aceguá-Uruguai para fazerem as compras lá. Por isso, os moradores reclamam da falta de turismo e incentivo para a divulgação da cultura e o aumento do comércio local.

Como já foi dito, do lado do Brasil, o município de Aceguá (sede) é composto por três distritos: Distrito de Rio Negro, Distrito de Colônia Nova e Distrito do Minuano. Os distritos se organizam da maneira apresentada no Mapa 2¹⁵:

¹⁵ As informações sobre os distritos foram retiradas de folderes e documentos sem referência da Prefeitura Municipal de Aceguá.

Mapa 2: Mapa da divisão distrital de Aceguá-Brasil¹⁶

O Distrito de Rio Negro tem um rio denso que banha integralmente a paisagem e avança o Uruguai até chegar ao Rio Uruguai, que juntos alcançam o Rio da Prata. Esse distrito colabora na criação de gado de diversas raças europeias para disputarem o mercado mundial da carne, além da produtividade das lavouras de arroz.

O Distrito de Colônia Nova situa-se a 50 km da cidade de Bagé e a 35 km da sede do Município de Aceguá. Primeiramente, os imigrantes germânicos, denominados menonitas, que estavam na Rússia em fevereiro de 1930, estabeleceram-se na região oeste de Santa Catarina, constituindo a Colônia Krauel. Em 1949, por iniciativa do Governo do Estado, foi fundada a Comunidade Colônia Nova dos alemães que chegaram a Aceguá com interesses em adquirir terras para cultivo de trigo¹⁷.

Couto (2009, p. 168) descreve o caminho percorrido pelos menonitas até chegar ao Sul do Brasil. Segundo o autor, os menonitas surgiram do movimento anabatista/protestante na Suíça, em 1525, deslocando-se para os países Baixos devido a perseguições religiosas. O nome “menonitas” refere-se a Menno Simons, um de seus líderes.

¹⁶ Disponível nos documentos oficiais de Aceguá.

¹⁷ Disponível em <http://www.terraGaucha.com.br/imagens/acegua.htm>. Acesso em 25/02/12.

Em 1930, alguns vieram para o Brasil, instalando-se no vale do rio Krauel (Witmarsum) e no chapadão do “Stolzplateau”, Santa Catarina. Em 1934, parte do grupo migrou para Curitiba, parte para Blumenau, parte para São Paulo. Em 1948, um subgrupo instalou-se na “Colônia Nova”, próximo a Bagé (RS) (COUTO, 2009, p. 168).

O anabatismo foi um movimento religioso protestante radical do período da Reforma Protestante do século XVI na Europa. Diante das perseguições, se refugiaram também no Brasil e em Aceguá (lado brasileiro) ¹⁸.

Em 1956, foi fundada a Cooperativa Mista de Aceguá Ltda. Posteriormente, a pecuária leiteira também foi integrada à agricultura, incentivada pelo governo, tendo em vista a queda na produção de trigo por problemas de ordem econômica e climática. Portanto, inaugura-se em 1960 a fábrica de laticínios, que serviu para ampliar a criação de gado leiteiro e o plantio de forrageiras.

A Colônia Nova possui escolas comunitárias, associações e cooperativas, entre as quais se destaca a CAMAL (Cooperativa Agrícola Mista Aceguá Ltda), criada em 1961. O povoamento alemão contribuiu significativamente para o desenvolvimento do município, com a maior industrialização do leite e seus derivados do Rio Grande do Sul.

A partir da década de 70, a Colônia Nova também começou a exportar matrizes da raça holandesa, a produzir sementes, arroz irrigado, sorgo, trigo, cevada, milho, cornichão para os bovinos, entre outros.

Esse distrito de Aceguá tem um museu, igrejas, escolas e o único hospital da região. Com o aumento da população da Colônia Nova, foi fundada, entre 1970 e 1971, a nova Colônia Presidente Médici, com 45 propriedades rurais. Em 1998 e 1999, formou-se a Colônia Pioneira com 80 propriedades rurais.

O Distrito do Minuano se destaca pela presença de novos projetos e alternativas de ocupação do solo pródigo, por meio da cultura de sorgo, milho, leite e gado de corte.

Na agropecuária, há o fortalecimento da bovinocultura de leite, bovinocultura de corte, ovinocultura, criação de cavalos crioulos e produção de trigo e arroz. A economia é favorável ao Brasil, porque é o local de melhor gado

¹⁸ Disponível em <http://monergismo.com/raniere/anabatismo-o-movimento-mais-radical-e-mais-perseguido-da-reforma-protestante>. Acesso em 25 fev. 2012.

e pastagem por ter o solo de excelente qualidade e os campos bastante férteis. Aceguá possui aduanas integradas que sustentam o fluxo de importação e exportação, principalmente de carne e arroz.

Em termos territoriais, do lado do Uruguai, a extensão é bem menor e não há divisões distritais. A parte uruguaia não é emancipada e pertence a Melo, capital de Cerro Largo. Há os serviços gerais como água corrente, luz elétrica, telefone, telégrafo, coleta de lixo, banco, agência de correio, hotel, escola de ensino fundamental e médio, UTU (Universidade Tecnológica do Uruguai), policlínica. Na parte recreativa, há parques, quadra de basquete e futebol, centro social, pista de atletismo, rádio difusora local. Na parte de transporte, ônibus de linha local, interdepartamental e internacional. Além disso, também há polícia, subcomissária e aduana¹⁹.

Do lado do Brasil, na parte hospitalar, existem dois postos de saúde (um na sede e outro em Colônia Nova) e um hospital em Colônia Nova. Há aproximadamente 152 empresas comerciais, 1.045 estabelecimentos rurais e quatro indústrias. No tocante ao policiamento, existe um posto policial, uma delegacia da inspetoria veterinária e uma delegacia de polícia, todos localizados na sede do município. Também há agências bancárias, correio, cartório, posto de combustível, dois hotéis, restaurantes e diversificado comércio típico da fronteira.

Sobre a educação em Aceguá, há duas escolas municipais infantis e de ensino fundamental, três escolas municipais de ensino fundamental até 5ª série, uma escola estadual de ensino médio, Barão de Aceguá, e duas escolas estaduais de ensino fundamental. A maioria dos jovens estão na escola (82%) e são alfabetizados (92%). Não há universidade pública ou particular em Aceguá, somente em Bagé, a 60 quilômetros.

As relações de parentesco são bem integradas, pois o casamento entre brasileiros e uruguaios é bastante comum. Nesse sentido, a nacionalidade também é bastante complexa, e os moradores, em grande maioria os uruguaios, com dupla nacionalidade, são conhecidos como “doble chapa”. Esse termo é uma analogia aos carros da região que têm placa dupla para circular livremente por ambos os territórios.

¹⁹ Disponível em www.ine.gub.uy. Acesso em 03 mar. 2012.

A legislação uruguaia permite que toda mãe uruguaia registre seu filho como uruguaio mesmo que a criança tenha nascido no Brasil. Depois, o cidadão pode requerer a nacionalidade brasileira. Assim, os moradores podem estudar, trabalhar e possuir documentos em ambas as regiões. Até mesmo as pessoas que não têm dupla-nacionalidade não encontram obstáculos para se inserirem ou trabalharem tanto no Brasil quanto no Uruguai, apesar de não serem legalizadas.

A etnia aceguaense é bastante rica e diversificada, por ser formada por brasileiros, uruguaio, descendentes de espanhóis, portugueses, indígenas, afro-descendentes e ainda por ter recebido a colônia alemã e imigração árabe. Tudo isso compõe o gaúcho ou *el gaúcho* da fronteira. Segundo Abreu (1998, p. 193), “Na formação do rio-grandense entraram, sobretudo, açorianos, nortistas, principalmente de São Paulo, e não poucos espanhóis imigrados ou incorporados. Sobretudo na fronteira meridional deu-se a penetração das duas línguas”.

Sobre os símbolos culturais da região, encontram-se referências ao *Cavalo de Pedra* que fica no Cerro dos Quietos, localidade de Mina do Aceguá. Esse local é o ponto mais alto do município, que está a 276 metros acima do nível do mar. É uma espécie de mirante, onde se visualiza toda a cidade²⁰.

Foto 6: O cavalo de pedra em Aceguá



Os principais eventos de Aceguá durante o ano são: rodeio (janeiro), carnaval da integração (fevereiro), campeonato de *cross country* e semana do

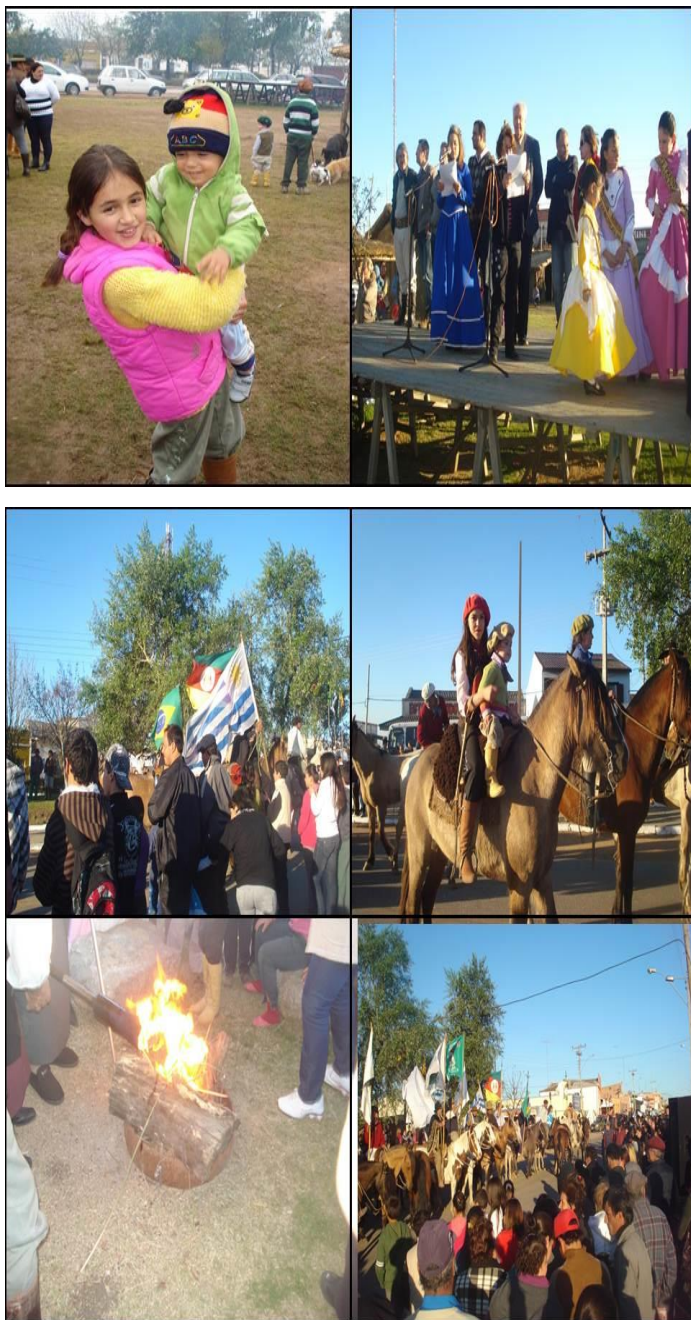
²⁰ Disponível em <http://www.acegua.rs.gov.br/portal1/intro.asp?ildMun=100143468>. Acesso em 25 fev. 2012.

município – festa campeira (abril), festa junina (junho), semana Gaspar Silveira Martins (agosto), projeto interferências, semana farroupilha e caminhada cívica (setembro), festival de cometas e pandorgas (outubro), Gaspar Silveira Martins (novembro) e natal do pampa (dezembro).

Os **rodeios** acontecem em janeiro, tendo como pano de fundo a tradição do sul. Outra festa cultural importante no município é a **semana farroupilha**, marco cultural de resistência e autoestima típica em toda a região do Sul, que acontece em setembro de cada ano e mobiliza ambos os lados da fronteira em prol da preservação e divulgação da cultura gaúcha.

A Semana Farroupilha recorda o ano de 1835, quando explode no Brasil a Revolução Farroupilha, que durou 10 anos. Os componentes eram estancieiros ordenados por Bento Gonçalves. O sentimento era de liberdade e independência do estado. Atualmente, há atividades gerais como palestras, apresentações culturais, piquetes, cavalgada final. Para marcar o início e o término da Semana Farroupilha, os moradores de Aceguá acendem uma tocha e apagam-na no fim.

Foto 7: Semana Farroupilha na praça *Caco Blanco* em setembro de 2011



Fotos de Pacheco (2014).

Os piquetes surgiram na época das demarcações da fronteira e serviram como uma barreira militar na fronteira Brasil-Uruguaí. Foram também os incorporadores da missão brasileira. “Os piquetes de cavalaria e infantaria que davam sustentação logística à Comissão de Demarcação realizavam a escolta e efetuavam os trabalhos limítrofes, a exemplo da edificação dos marcos” (GOLIN,

Doi: 10.21057/10.21057/repamv14n1.2020.26383

2004, p. 188). Atualmente, são conhecidos por piquetes as divisões das barracas na Semana Farroupilha.

Foto 8: Piquetes da Semana Farroupilha de Aceguá em setembro de 2011



Fotos de Pacheco (2014)

Sobre os aspectos geográficos da região fronteira de Aceguá, existem a flora, com umbus, cinamomos, bosques, avenidas, matas, e a fauna, com os bem-te-vis, sabiás, joões de barro, garças, emas, lebres, cavalos crioulos. O céu é limpo e o chão preservado, com os históricos *paredões*, o relevo *cerro dos*

quietos, o arroio da Mina (principal rio), a praça “Caco Blanco” e a Casa de Pedra. Tudo isso ajuda a compor o belo quadro paisagístico da região.

O clima é variado e bem definido nas quatro estações, com temperatura úmida. A presença do vento sul e sudoeste é constante (minuano e/ou pampeiro). As geadas são comuns no inverno e a média da estação é entre 30 a 33 geadas. As temperaturas extremas variam entre – 5 °C e 38 °C (TADÊO, p. III, s/d).

O relevo é caracterizado por território uniforme e ondulado ao norte, denominado de coxilhas, que variam entre 200 e 250 metros de altitude. Destaca-se a coxilha seca (divisor de águas). Predomina no ambiente o Serrado Aceguá com 324 metros no seu ponto mais elevado e com aproximadamente 40 km de extensão. A maior parte da serra está (hoje) do lado uruguaio da fronteira (TADÊO, p. III-IV, s/d).

No geral, Aceguá é uma comunidade pequena e totalmente integrada de ambos os lados da fronteira. Várias práticas culturais são compartilhadas e, sobretudo, respeitadas por todos. Por isso é tão difícil para um turista saber onde começa e termina Aceguá-Brasil e Aceguá-Uruguaio. Até mesmo os moradores têm dificuldade em se identificar como brasileiros e/ou uruguaio, por se considerarem parte de um mesmo povo.

Foto 9: Símbolo de paz e união entre os povos e das placas do Uruguaio e Brasil



Fotos de Pacheco (2014)

Considerações Finais

É de suma importância registrar e documentar uma comunidade fronteiriça que até então não havia tido visibilidade acadêmica, sequer política e econômica. Assim, todo o recorte e a costura dos textos históricos e documentos regionais de Aceguá em muito contribuem para o (re) conhecimento dessa localidade.

Importante revisitar a atualização do termo “fronteira”, uma vez que trata-se de uma comunidade sem acidente geográfico, do lado uruguaio bilíngue em português e espanhol e do lado brasileiro monlíngue em português, completamente pacífica e harmônica em várias de suas práticas sociais, ou seja, os limites artificiais imposto pelos marcos da fronteira em nada interferem nas relações sociais construídas e estabelecidas entre os moradores de ambos os lados da fronteira.

Assim, a região e a comunidade de Aceguá é documentada pela primeira vez em correlação com a história binacional da fronteira luso-espanola na América do Sul.

Com esse artigo, é possível conhecer Aceguá em sua vivência atual e, especificamente, a partir da sua emancipação como fronteira independente de Bagé no cenário nacional e internacional.

Referências

ARTEAGA, Juan José. *Breve historia contemporánea del Uruguay*. 1. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800 & Caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

AVEIRO, Thais Mere Marques. *Relações Brasil-Uruguai: a nova agenda para a cooperação e o desenvolvimento fronteiriço*. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1972.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Fronteira: Um tema sem limites! In: COSTA, Edgar Aparecido da; COSTA, Gustavo Villela Lima da; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (Orgs.). *Estudos fronteiriços*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2010. p. 11-41.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. As fronteiras da identidade em Corumbá-MS: Significados, discursos e práticas. In: COSTA, Edgar Aparecido da; COSTA, Gustavo Villela Lima da; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (org.). *Estudos fronteiriços*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2010. p. 69-97.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009, 405p.

GOLIN, Tau. *A fronteira: volume 2*. Porto Alegre: L&PM, 2004.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *História geral da civilização brasileira. O Brasil monárquico, tomo II: o processo de emancipação*. Por Celia de Barros Barreto [et al.]. 9. ed. v. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 341-415.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

PACHECO, Cíntia da Silva. *Alternância NÓS e A GENTE no português brasileiro e no português uruguaio da fronteira Brasil-Uruguai (Aceguá)*. Tese de Doutorado, UnB, 2014.

Documentos sem referência ou sem data

El País, Uruguay y sus 19 departamentos (s/d, pp. 11-12).

Engenheiro Agrônomo Julio Cezar Vinholes Pinto (s/d).

FACCIO, Liane. Prefeito de Bagé luta para não perder Colônia Nova. (s/d)

Lei de 9 de julho de 1862, Art. 1.

Municipio Acegua. 1º de Enero del 2001.

Ricardo Garcia (s/d).

Relato de una vida empresarial (s/d).

TADÊO, Ricardo Williams Garcia. *Aceguá – Yaciguay*. (elaboração e pesquisa) (s/d).

Documentos regionais ou históricos

ACEGUÁ. *14 anos de emancipação. 10 anos de instalação*. Informe comercial, 28 de abril de 2010.

ACEVEDO, Eduardo. *Ley n° 765 – “Juncal”*. Sala de Senado, Montevideo 17 de abril de 1863.

LENGUAS, Nicolás. *Proyecto de Ley*. Montevideo, julio 9 de 1862.

LUCAS, Márcia Rodrigues e ZUGE, Tassiane Einhardt. Município de Aceguá. In: *Aceguá. 14 anos de emancipação. 10 anos de instalação*. Informe comercial, 28 de abril de 2010.

MORELLI, Juan B. *Ley n° 10,101. “Pueblo Aceguá”, 1941*.

PEDEMONTE, Juan Carlos. *Assembléia Geral*. Diário El País, 1985.

SIAB. *Sistema de Informação de atenção básica*. 2009.

TARIGO, Enrique. *Ley 15.810*. Pueblo Aceguá. 1986.

Sites

http://www.terraGaucha.com.br/imagens_acegua.htm. Acesso em: 25 fev. 12.

<http://www.acegua.rs.gov.br/portal1/intro.asp?ildMun=100143468>. Acesso em: 25 fev. 12.

<http://www.acegua.rs.gov.br/portal1/intro.asp?ildMun=100143468>. Acesso em: 25 fev. 12.

http://www.turismoenuruguay.com.uy/informacion_turistica/informacion_turistica_masinfo.php?id=143&secc=informacion_turistica. Acesso em: 27 fev. 12.

<http://www.acegua.rs.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?ildMun=100143468>. Acesso em: 25 fev. 12.

http://www.brasil.org.uy/br/home/home/index.php?menu=sub1_7&t=secciones&secc=421. Acesso em: 02 mar. 12.

<http://monergismo.com/raniere/anabatismo-o-movimento-mais-radical-e-mais-perseguido-da-reforma-protestante/>. Acesso em: 29 dez. 12.



Contextualização Sócio-Histórica da Fronteira Brasil-Urugai

Resumo

O objetivo desse artigo é fazer um histórico sobre a fronteira Brasil-Urugai e a disputa fronteiriça entre Portugal e Espanha para melhor compreendermos o contexto atual de Aceguá. Para isso, foi feita uma pesquisa documental e bibliográfica acerca da história e geografia local, além da condição atual de desenvolvimento fronteiriço. Trata-se de uma pesquisa inédita sobre Aceguá, com informações históricas até então não publicadas. Logo, o foco principal é registrar e documentar essa comunidade a partir da concepção do que é a fronteira, da história da fronteira luso-espanhola na América e da história atual da fronteira de Aceguá.

Palavras-chave: fronteira de Aceguá, pesquisa documental, contexto sociohistórico.

Socio-Historical Contextualization of the Brazil-Uruguay border

Abstract

This article aims to prepare a record of Brazil-Uruguay's border and the border dispute between Portugal and Spain, in order to understand Aceguá's current context better. To achieve that, a documentary and bibliographic research on the local history and geography has been conducted, besides the analysis of the current conditions of the border development. This is an unprecedented research about Aceguá, including historical information which has not been published before. Therefore, the main focus is to register and to document this community from the conception of what is the border, of the history of the Luso-Spanish border in America and of the current history of Aceguá border.

Keywords: Aceguá's border, documentary research, social-historical context.

Contextualización Socio-Histórica de la Frontera Brasil-Uruguay

Resumen

El objetivo de este trabajo es hacer un histórico de la frontera Brasil-Uruguay y la disputa fronteriza entre Portugal y España para comprender mejor el contexto actual de Aceguá. Para ello, se realizó una investigación documental y bibliográfica acerca de la historia y geografía local, además de la condición actual de desarrollo fronterizo. Es una investigación inédita sobre Aceguá, con informaciones históricas hasta el momento no publicadas. Por lo tanto, el foco principal es registrar y documentar esa comunidad a partir de la concepción de lo que es la frontera, de la historia de la frontera luso-española en la América y de la historia actual de frontera de Aceguá.

Palavras-chave: frontera de Aceguá, pesquisa documental, contexto socio histórico.